

REUNIÃO VIRTUAL DO CONSELHO CONSULTIVO DO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

No dia 23 de Setembro de 2025, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco – **CCAUPÉ**. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares do CCAUPÉ: **Cynthia Gomes Falcão Pereira** (Fundaj); **Rennan Mendes dos Santos** (Secretaria de Educação); **Clarisse de Melo Andrade** (Fundarpe); **Maurício Corrêa da Silva** (ABD/Apecí); **Gustavo Tenório Carneiro** (Abragames); **Aline Souza da Silva** (Stic); **Marlom Silva Nascimento** (Regional Agreste); **Yonaldo Afonso da Silva** (Regional Zona da Mata); **Maria Laura da Silva Castor** (Regional Sertão). Conselheiras(os) Suplentes do CCAUPÉ: **Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano** (Secretária Executiva de Cultura); **Caio Cagliani de Oliveira** (NTVRU). **PAUTAS**: – Apresentação dos novos(as) Conselheiros(as); Balanço e histórico do conselho consultivo do Audiovisual; Atualizações sobre o Funcultura audiovisual, arranjos regionais e Pnab; Planejamento dos editais e eventos do 2º semestre (Festival de cinema de Triunfo, Teia, Programa Cine Rua e Fastcine. **INFORMES** – Receber e consolidar contribuições para o edital do Funcultura; Acompanhar o andamento e apresentação dos Arranjos Regionais e da Pnab; Analisar e discutir a minuta do Fundo Estadual de Cultura; Apresentação futura sobre a retomada do programa Cine Rua e o Fastcine pela coordenação do Audiovisual. **Yasmim Neves** deu início à reunião, cumprimentando a todos e explicou que a reunião tinha como objetivo fazer um balanço e dar boas-vindas aos novos conselheiros do audiovisual, promovendo um momento de troca, atualização sobre a coordenação do setor e escuta das ideias e anseios para o novo mandato. Informou que Maria Samara, que conduziria o encontro, não pôde comparecer por ter passado mal, mas que decidiu manter a reunião para que todos pudessem se conhecer e dialogar com a equipe do audiovisual e com a Casa dos Conselhos. Em seguida, apresentou-se como secretária executiva de Cultura e suplente da titular Cacau de Paula, destacando sua missão de colaborar na construção das políticas públicas do Estado e na organização do Conselho do Audiovisual. Finalizou desejando boas-vindas aos participantes, lembrando que alguns já integraram o mandato anterior, e passou a palavra para Caio, seguindo a ordem de presença no chat. **Caio Cagliani** se apresentou dizendo que era formado em cinema e oriundo de uma família de artistas da Paraíba. Contou que veio para Pernambuco estudar cinema, onde permaneceu, tornando-se concursado no Núcleo de Televisão e Rádio Universitários, atuando como operador de câmera. Acrescentou que vinha trabalhando na construção de uma comunicação pública e que estava como conselheiro, desde a pandemia, na suplência dessa cadeira. **Cynthia Falcão** apresentou-se como realizadora audiovisual e gestora com quase três décadas de atuação. Em sua fala, expressou gratidão, respeito e seriedade em relação ao Conselho, destacando que sua trajetória como realizadora e militante se confunde com a própria história do Conselho e da Lei do Audiovisual. Explicou que estava representando a Fundação Joaquim Nabuco na esfera dos representantes governamentais, pontuando a importância de diferenciar os representantes do governo daqueles apenas governamentais.

Informou ser a titular da cadeira, tendo Luiz Joaquim como suplente, e deu boas-vindas aos novos conselheiros, além de saudar calorosamente os que estavam retornando. Ressaltou ainda sua experiência anterior no Conselho, onde já atuou representando o STIC, a ABD e a própria Fundação Joaquim Nabuco, enfatizando sua disposição em contribuir e promover uma troca enriquecedora entre as esferas da sociedade civil e governamental. **Laura Castor** afirmou que era de Petrolândia, no Sertão de Pernambuco, e que participava pela primeira vez como conselheira, representando a região sertaneja. Destacou que essa seria uma experiência importante para seu desenvolvimento no audiovisual e para compartilhar conhecimento com outras pessoas da sua geração. Contou que ministrava oficinas de audiovisual e participava do projeto *Cinema no Interior* ao lado de Marcos Carvalho. Finalizou dizendo acreditar que esse seria um momento de muito aprendizado e contribuição no Conselho. **Clarice Andrade** afirmou que estava representando a Fundarpe e que já havia participado da legislatura anterior desse Conselho. Explicou que ocupava a diretoria de Fomento, responsável pela gestão do Funcultura. Relatou também ter experiência em outras gestões públicas e em Conselhos, mencionando que já havia trabalhado com Cíntia em outras ocasiões. Acrescentou que, embora atualmente estivesse no serviço público, ainda atuava eventualmente no mercado audiovisual, ainda que com menor frequência. **Gustavo Tenório** se apresentou, dizendo que é natural de Pernambuco, e explicou que representava o setor de jogos digitais. Disse que é desenvolvedor de jogos e também atua com audiovisual em outras áreas, destacando que seu foco naquele espaço seria falar sobre jogos. **Marlon Meirelles** relatou que estava retornando ao Conselho após alguns anos, tendo participado anteriormente em um período político conturbado, quando houve perda de recursos do FSA. Ele destacou estar feliz por voltar em um momento mais tranquilo, apesar de algumas tensões, e ressaltou sua postura pacífica, aberto ao diálogo e à construção de políticas públicas de forma consensual. Comentou que representa o Agreste, atualmente sem suplente, e sugeriu a possibilidade de realizar uma eleição para preencher essa lacuna, visando garantir cobertura da região. Enfatizou a importância de dialogar, ouvir as demandas do setor audiovisual e construir soluções conjuntas, destacando o papel sólido do Funcultura e a chegada da PNAB como oportunidades de avanço. **Yasmim** responde a Marlon explicando que já havia anotado a questão para verificar com o jurídico como poderia ser resolvida, ressaltando que, como se trata de um suplente, normalmente a cadeira fica apenas com o titular. Ela mencionou que, em casos excepcionais, como aconteceu no Conselho de preservação em políticas culturais, se uma cadeira não foi preenchida, o edital pode ser reaberto. Finalizou dizendo que traria uma devolutiva sobre o funcionamento específico para o suplente. **Maurício Correia** apresentou-se, informando ter 65 anos e experiência consolidada no audiovisual, atualmente representando a BDAPECE junto com Marcos Carvalho, do interior. Ressaltou que haverá mudanças no Conselho com a nova eleição e concordou com Marlon sobre a importância de dialogar com o governo de forma independente de partidos políticos. Destacou a necessidade de atuar como elo de ligação frente às demandas dos arranjos regionais, Funcultura, PNAB, LPG e outros processos, colocando-se à disposição para o diálogo e desejando boa sorte e paz a todos. **Luciana Aquino** disse que trabalha na Secult na coordenação do audiovisual junto com Maria e está aqui para o que vocês precisarem podem contar com a gente eu, Maria e Adirê também

estamos aqui. **Yonaldo Afonso** representante da Mata Norte, explicou que inicialmente houve um erro em sua designação no Diário Oficial, mas que já havia sido corrigido. Ele mencionou que, assim como outros membros, ficou sem suplente em sua região. Disse acompanhar diversos grupos e coletivos de cidades como Goiânia, Tracunhaém, Carpina, Paudalho e Condado, buscando manter diálogo constante para compreender as demandas locais. Ressaltou que o mandato de um conselheiro é coletivo, não pessoal, e que sua atuação deve representar o interesse comum. Formado em pedagogia e ator com longa trajetória, Ionaldo relatou trabalhar principalmente com podcast, destacando o projeto *Pangeia Nordestina*, voltado às linguagens periféricas, desenvolvido pela PNAB. Encerrou afirmando estar à disposição do Conselho e da secretaria, com o propósito de contribuir para um mandato colaborativo, expansivo e harmonioso. **Aline** saudou o grupo e explicou que estava ocupando aquela cadeira em nome do grupo Negritude, contra o Mapa. Pediu licença “a quem é de axé”, ressaltando que a cadeira havia sido cedida, mas que não se tratava apenas de uma oportunidade, e sim de um ato de reconhecimento — como ensinava Nego Bispo, sobre a importância de “reconhecer e ser reconhecido”. Afirmou que esse reconhecimento também dava sentido à existência coletiva. Disse que era a primeira reunião em que participava ocupando essa cadeira e expressou o desejo de que o grupo realizasse um excelente trabalho, com trocas afetivas, éticas e baseadas na comunicação ativa e na coletividade. **Vanessa Santos** cumprimentou os novos conselheiros e se apresentou como gerente de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura de Pernambuco. Desejou boas-vindas e uma jornada de sucesso e diálogo, reconhecendo o compromisso de todos os que haviam se manifestado e dos que davam o primeiro passo nessa caminhada, assim como daqueles que já vinham atuando há mais tempo. Expressou o desejo de que o trabalho fosse marcado pelo diálogo constante e pelo compromisso com o audiovisual de Pernambuco, finalizando com votos de uma grande jornada e boas-vindas ao Conselho Consultivo. **Yasmim Neves** iniciou dizendo que gostava que todos se apresentassem, pois acreditava que, além das pessoas jurídicas, eram também pessoas físicas, corpos pulsantes. Ressaltou que, na correria do dia a dia, esse momento de apresentação acabava sendo esquecido, mas que era importante parar um pouco, respirar e lembrar quem se é, já que as políticas públicas são feitas por e para pessoas. Agradeceu a presença de todos e afirmou ser uma defensora dos Conselhos, mesmo atuando na gestão pública. Comentou que, embora muitas vezes houvesse dificuldades em entender como os Conselhos funcionam, acreditava que a política pública se fortalecia a partir da construção coletiva e do diálogo entre o Estado e quem faz cultura. Reforçou que a gestão deve atuar como uma ponte com o Conselho, e não em oposição a ele, ouvindo suas demandas e incorporando o que for possível dentro dos limites da máquina pública. Compartilhou que vinha dos brinquedos populares e que, ao assumir sua função, sentiu a frustração de não conseguir executar tudo o que desejava. No entanto, destacou que compreendeu a importância de construir caminhos coletivos, lembrando que ninguém faz nada sozinho. Disse que, embora não conseguisse estar presente em todas as reuniões, tentava participar sempre que possível, pois acreditava que ouvir o Conselho ajudava a trazer novos olhares para dentro da instituição. Agradeceu novamente aos participantes por se disponibilizarem e desejou que as trocas fossem saudáveis e comprometidas, tanto da sociedade civil quanto do governo. Enfatizou que, ao ocupar qualquer cadeira, era necessário fazê-lo por inteiro — com o que se tem de positivo e negativo —, buscando o

equilíbrio. Mencionou algumas palavras que havia anotado das falas anteriores, como “fortalecimento”, “diálogo” e “reconhecimento”. Confessou não ser do audiovisual e disse ver esse campo como uma grande nuvem em crescimento, da qual ainda estava aprendendo. Reconheceu a importância da equipe presente, elogiando especialmente Maria, coordenadora atual, por sua dedicação e defesa do audiovisual pernambucano. Por fim, explicou que o objetivo daquele encontro era fazer um balanço geral e discutir perspectivas para as políticas públicas do audiovisual. Convidou Cynthia, que havia participado do mandato anterior, a compartilhar sua visão sobre o papel e os avanços do conselho, bem como os desafios enfrentados durante o biênio anterior, especialmente no período de transição de gestão. **Cynthia Falcão** sugeriu fazer um resumo ou um chamado sobre o Conselho como um todo, especialmente em relação ao último biênio. Destacou que tanto a equipe da gestão quanto conselheiros antigos poderiam contribuir com observações mais específicas e objetivas sobre o funcionamento e a importância do Conselho Consultivo do Audiovisual. Explicou que, em Pernambuco, existiam três Conselhos principais: o Conselho Estadual de Política Cultural, que abrange todas as linguagens artísticas, incluindo o audiovisual; o Conselho de Patrimônio e Preservação Cultural, o mais antigo; e o Conselho do Audiovisual, o mais recente, criado dentro de um processo de democratização dos Conselhos — marcando a transição de conselheiros indicados para conselheiros eleitos. Ressaltou que o Conselho Consultivo do Audiovisual nasceu junto à Lei do Audiovisual, resultado de uma longa batalha do setor, que reconhecia a importância de um órgão próprio para assessorar a gestão nas políticas públicas voltadas especificamente para o audiovisual pernambucano. Recordou que, até meados de 2007 e 2008, o audiovisual fazia parte do Funcultura, junto com outras linguagens. Foi durante o governo de Eduardo Campos que o audiovisual passou a ser visto como estratégico para o Estado — uma espécie de “soft power” pernambucano. Esse reconhecimento levou à criação de uma lei, de editais próprios e de políticas específicas para o setor. Relatou que, na época, o Conselho não foi criado com caráter deliberativo, pois já existia a Comissão Deliberativa do Funcultura e o Conselho Estadual de Política Cultural, com setoriais de cada linguagem. Assim, o Conselho do Audiovisual ficou definido como consultivo, mas com uma força expressiva, uma vez que suas análises e recomendações orientavam decisões importantes e contribuíam diretamente com a formulação de políticas públicas. Enfatizou que, entre 2014 e 2025, o Conselho passou por diferentes fases, mostrando-se essencial em momentos críticos, como durante a pandemia, quando atuou na elaboração, fiscalização e acompanhamento de leis emergenciais. Destacou ainda que o Conselho foi fundamental para a retomada dos arranjos produtivos regionais da Ancine, suspensos durante o governo Bolsonaro, e para a defesa de pautas como o fundo setorial do audiovisual e a implementação de cotas para mulheres e pessoas racializadas — marcos de inclusão e equidade dentro das políticas culturais do Estado. Por fim, reforçou que o Conselho Consultivo do Audiovisual possuía muito mais força do que uma simples instância de consulta, sendo um espaço de escuta ativa, formulação, fiscalização e construção coletiva de políticas públicas. Ressaltou que, mesmo quando os debates se tornavam intensos, isso fazia parte da natureza democrática dos Conselhos — espaços de confronto de ideias, mas também de convergência em torno de um objetivo comum: o fortalecimento do audiovisual pernambucano, e complementando afirmou que era necessário manter atenção constante ao funcionamento

do Conselho e lembrou que, quando chegou ao Conselho Estadual de Política Cultural, durante a pandemia, o país vivia um período delicado, marcado pela tentativa de ocupação das cadeiras dos Conselhos por grupos com posicionamentos mais fundamentalistas e religiosos. Contou que, naquele momento, já não tinha mais intenção de participar de Conselhos, pois sentia que já havia dado toda a sua contribuição, mas acabou sendo convidada novamente a integrar o grupo. Explicou que o Conselho Consultivo do Audiovisual tinha uma característica particular e estratégica: quem o preside é o(a) secretário(a) de Cultura. Ressaltou que essa definição estava prevista em lei e que era fundamental a presença de representantes da gestão pública — como Yasmim, Cacau, Silvana Meireles e Marcelino Granja, que ocuparam esse papel em diferentes momentos.

Enfatizou que essa estrutura era importante porque garantia o envolvimento direto da gestão nas discussões do Conselho, o que nem sempre ocorria em outros contextos. Disse que nem sempre haveria uma pessoa na Secretaria com o mesmo interesse, compromisso e sensibilidade em relação às políticas públicas como Yasmim demonstrava, por isso a implicação ativa da gestão era algo a ser valorizado e preservado. Concluiu dizendo que essa havia sido uma estratégia muito acertada, construída em conjunto — mencionando Clarice como parte desse processo — e destacou sua satisfação em ver Yasmim presente e engajada no Conselho. **Yasmim Neves** afirmou que o Conselho Consultivo do Audiovisual tinha um papel central na construção das políticas públicas do Estado, mesmo sendo formalmente “consultivo”, e que, na prática, atuava como precursor de diversas ações implementadas pelo governo. Elogiou a forma como se havia apresentado o retrato dos três Conselhos e destacou a importância do momento de ouvir os conselheiros, pois acreditava que compreender os anseios de quem está “na ponta” era essencial para construir caminhos eficazes para a política pública. Ressaltou que o papel da gestão não era fazer política diretamente, mas servir como ponte entre o Estado, os recursos e as ações culturais, buscando tornar o processo menos doloroso para o setor, que historicamente sofria com falta de reconhecimento. Enfatizou que a cultura deveria ser tratada como um setor estruturante, tão importante quanto educação e saúde, e que a política pública precisava valorizar a cultura específica de cada povo. Manifestou satisfação por ocupar aquela cadeira naquele momento, participando da construção coletiva, e destacou que sua atuação ia além da posição institucional — incorporando também sua vivência pessoal e comunitária, vindo da cultura popular e de territórios periféricos. Explicou que seu papel era fazer com que os caminhos da política pública chegassem efetivamente aos lugares certos, reconhecendo que não era um processo fácil, mas que a tentativa constante era fundamental. Por fim, indicou que o debate sobre os arranjos produtivos e outros pontos estava sendo passado para Clarice, para atualizar o grupo sobre o andamento do processo, e que em seguida ela complementaria sua fala. **Clarice Andrade** comentou que achou interessante a história de como Chyntia chegou até ali e lembrou do tempo em que atuou em Olinda, participando do primeiro Conselho de Políticas Culturais e da elaboração do Regimento inicial. Relatou que atualmente participa formalmente do Conselho da Fundarpe, mas sempre que necessário contribui. Destacou a importância de registrar histórias institucionais que ainda não estavam contadas. Ela mencionou que todos no setor audiovisual aguardavam ansiosos pelo edital

dos arranjos, que foi lançado entre o final de maio e início de junho, com prazo até início de agosto para submissão das propostas. Explicou que a grande preocupação inicial era a contrapartida financeira, detalhando como o Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife poderiam apresentar propostas, e que a execução exigia experiência prévia em editais anteriores. Comentou que a proposta buscou atingir o teto de 20 milhões da Ancine, com contrapartida de 4,6 milhões do Estado, e descreveu como essa articulação envolveu a Fundarpe, a Secult e a ADEPE, incluindo aportes e declarações orçamentárias já definidos. Ela explicou como o Funcultura atuaria na execução do edital junto à Secult, que a presidente da comissão deliberativa é a secretária de Cultura, e que juridicamente o processo já estava sendo estudado. Mencionou também a inovação do edital em relação a projetos anteriores, evitando atrasos e burocracias que haviam prejudicado experiências passadas. Ela destacou que a proposta submetida pelo Estado tinha diferenciais, como o uso integral da contrapartida para fomento e a participação de agentes bancários, e que estava confiante na qualidade do panorama do audiovisual apresentado. Reconheceu a concorrência de outros estados, mas acreditava que Pernambuco tinha condições diferenciadas. Ressaltou a importância de agilizar o lançamento do edital e o pagamento aos proponentes, sugerindo que o processo deveria estar concluído até julho do ano seguinte. Por fim, mencionou a abertura da consulta ao Conselho e à sociedade civil para receber sugestões sobre o edital, garantindo que conselheiros não teriam vantagem por terem acesso antecipado ao documento. Informou que o edital seria aberto no início de outubro, pediu a colaboração de todos para mobilizar contribuições e destacou a participação do representante de games, reforçando que dados sobre inscrição, recorte regional, perfil, raça e gênero já estavam disponíveis para análise e contribuição do Conselho. **Yasmim Neves** informou que queria atualizar o grupo sobre a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Relatou que o Estado de Pernambuco enviou seu Plano de Ação (PAR) ao Ministério da Cultura, com participação do Conselho do Audiovisual. Explicou que, diferente do ciclo 1, o processo contou com a integração de três Conselhos — o CEPC, o CEPPC e o CCAUPE — em reuniões conjuntas para discussão e construção coletiva. Destacou que a Secult, por meio da Gerência de Territorialidades e Equipamentos, ofereceu suporte aos municípios na adesão e elaboração das políticas. Ela contou que, após muito trabalho, o Estado conseguiu que 181 municípios enviassem seus planos dentro do prazo, sendo o último o município de Pedra, que submeteu o documento às 23h38 do último dia. Apenas três municípios não conseguiram participar do ciclo 2 por não terem executado 60% do valor do ciclo anterior, conforme exigência do Ministério. Ela explicou que o próximo passo seria a análise dos PARs e o desembolso dos recursos, com previsão de início em 6 de outubro para os Estados e novembro para os municípios, totalizando R\$ 59 milhões destinados a Pernambuco. Informou que a previsão era lançar o edital do Estado ainda em outubro, e que, embora o ano fosse eleitoral, o Ministério havia garantido que não haveria impacto na execução, por se tratar de uma ação continuada. Segundo ela, o ciclo 2 da PNAB no Estado focaria em fomento, contemplando editais de museus e bibliotecas, aquisições de bens e serviços, internacionalização, festivais, formação cultural, multi-linguagens, cultura popular e Cultura Viva (pontos e pontões). Mencionou ainda a realização de um grande encontro dos pontos de cultura, que definiria a nova delegação pernambucana para o evento nacional “Teia”, previsto para março, no Espírito Santo, e um novo fórum da Cultura

Viva. Ela informou que o evento estadual “Teia” seria realizado em novembro, em Gravatá, com três dias de atividades voltadas aos pontos de cultura. Explicou que, ao contrário da Lei Paulo Gustavo, mais direcionada ao audiovisual, a PNAB teria um caráter mais amplo. No edital de multi-linguagens — o maior, com aporte de R\$ 22 milhões — seriam contempladas 20 propostas de audiovisual de R\$ 100 mil cada, fruto de diálogo com o Conselho do Audiovisual e o CEPPC. Ela reforçou que os editais da PNAB manteriam a política afirmativa de regionalização (40% Região Metropolitana, 20% Agreste, 20% Sertão e 20% Zona da Mata) e a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e ampla concorrência. Mencionou ainda o investimento de R\$ 2,83 milhões em melhorias de equipamentos culturais, como o Teatro Arraial Ariano Suassuna, o Espaço Passárgada, o Observatório da torre Malakoff, o Museu do Estado, o Mercado Eufrásio Barbosa, o Espaço Ciência, o Museu de Arte Sacra, o Cinema Rio Branco de Arcoverde, o Museu do Sertão e espaços culturais em Petrolina, Bezerros e Olinda. Ela acrescentou que, em relação ao ciclo 1 da PNAB, haviam sido convocados 51 suplentes, mas ainda faltavam nomes para completar o total previsto. Informou que o prazo para desembolsar os recursos desse ciclo terminaria em 30 de dezembro, e que, em janeiro, seria necessário encerrar a conta e justificar ao Ministério o uso dos recursos, iniciando oficialmente o ciclo 2. Por fim, ela destacou outras pautas em andamento: a prestação de contas ao CEPC, o festival de cinema de Triunfo, cujo edital seria lançado na próxima semana e o evento realizado na segunda quinzena de dezembro. Mencionou que o festival receberia um aporte maior para premiações e que, ao contrário dos anos anteriores, seria gerido diretamente pela Secult, sob a Lei 14.133, o que exigia ajustes técnicos e jurídicos com a SAD. Encerrou dizendo que, em breve, o grupo receberia mais informações sobre o festival, afirmou também que achava interessante que Maria tratasse do assunto em outro momento, já que ela mesma havia colocado duas pautas para diálogo. Disse que preferia que Maria conduzisse a discussão, pois estava mais inteirada sobre os temas — a retomada do Fast Cine e o programa Cine de Rua, ambos em processo de reativação. Explicou que o planejamento envolvia compreender o movimento e elaborar estratégias de implementação para o programa Cine de Rua, assim como retomar as ações a partir dessas duas entregas, referentes ao Cine São Luís e ao Cinema Guarani. Finalizou dizendo que Maria estava à frente dessas iniciativas, e que ela própria apenas acompanhava o processo, sem se atrever a conduzi-lo. Ela explicou que Maria havia ficado responsável por atribuir uma tarefa aos conselheiros. Acrescentou que o Conselho deveria identificar as demandas urgentes de modo visual, destacando o que consideravam emergente e encaminhar para diálogo. Mencionou também a importância de propor ações de fortalecimento das políticas públicas, a partir do olhar do Conselho — identificando o que seria urgente e o que necessitaria de reforço. Ressaltou que, nesse processo de construção de políticas públicas, era essencial pensar na priorização de metas para o Conselho, definindo o que se desejava alcançar durante o biênio e o que se pretendia construir coletivamente. Explicou que as reuniões de monitoramento e planejamento das metas ocorreriam a cada três meses, mas poderiam ser convocadas com mais frequência, conforme a necessidade. Por fim, destacou que Maria poderia convocar novas reuniões, assim como qualquer membro do Conselho, reforçando que o grupo mantinha uma postura flexível e colaborativa, aberta ao diálogo e à importância de se reunir sempre que fosse necessário. **Marlon Meirelles** afirmou que a reunião estava

sendo muito produtiva e que estava gostando de participar. Complementando o que Cynthia havia dito sobre o retrospecto, destacou a importância de analisar o papel do interior no movimento audiovisual. Lembrou que, quando os arranjos regionais foram lançados no passado, houve baixa adesão do interior, pois era difícil para quem não possuía CPDs ou para produtoras iniciantes se cadastrar no Cine ou realizar projetos de maior porte. Assim, o interior tinha acesso limitado às oportunidades, enquanto a maior parte dos recursos ficava concentrada na capital. Mencionou que as iniciativas mais acessíveis ao interior eram linhas como o Cineclubismo e o Revelando os Pernambucos, que funcionavam como portas de entrada para novos realizadores. As linhas maiores, como realização de séries e longas-metragens, raramente chegavam ao interior. No entanto, observou que, atualmente, há um movimento diferente, em grande parte impulsionado pela Lei Paulo Gustavo, que permitiu a realização de projetos de TV e cinema em várias cidades do interior. Ressaltou que hoje há muito mais produtores e produtoras do interior registrados na Ancine, o que comprova a existência de uma demanda real. Contou também que, há alguns anos, teve a oportunidade de atuar na gestão pública como diretor de cultura do município de Bezerros, onde participou de debates sobre a Lei Paulo Gustavo. Recordou que, inicialmente, o texto da lei previa recursos apenas para cidades com mais de 200 mil habitantes, o que excluiria municípios menores como Bezerros. Destacou que, felizmente, isso foi superado e que, em sua cidade, diversos curtas-metragens e festivais, como o Curta na Serra, comprovaram a força da produção local. Comentou que, nos últimos dez anos, o Funcultura tem apresentado uma melhor distribuição de recursos, deixando de concentrá-los apenas na capital. Considerou isso um avanço importante, especialmente porque, em períodos de escassez, costumava-se justificar cortes no interior com o argumento de que não havia demanda de produção. Entretanto, exemplificou que há várias produções relevantes, como o filme “Légua Tirana”, de Marcos Carvalho, distribuído pela O2 Filmes e com grande sucesso nacional. Acrescentou que ele próprio dirigiria seu primeiro longa-metragem no próximo ano, junto a outros profissionais do interior que vêm mostrando a força e o crescimento da produção audiovisual local. Enfatizou que o interior tem acessado novas linhas e editais, além dos tradicionais, e que há um anseio crescente por mais espaços de visibilidade e distribuição, tanto no Brasil quanto no exterior. Finalizou reiterando que a demanda do interior é real e fruto de muito diálogo e construção coletiva, destacando que, apesar das divergências e debates intensos, tudo isso é fundamental para entender o presente e planejar voos ainda maiores. **Yasmim** afirmou que, ao ouvir Marlon falar sobre o interior, lembrou-se de Wllyssys, antigo conselheiro do audiovisual e atual conselheiro do CEPC, também oriundo do Sertão, que sempre defendeu a mudança na porcentagem de regionalização. Contou que esse tema vem sendo estudado dentro da secretaria, com o objetivo de fomentar a interiorização e evitar o discurso de que não há demanda. Ressaltou que, embora hoje essa demanda ainda seja limitada, o Estado precisa atuar de forma mais efetiva nas quatro macrorregiões, especialmente na Zona da Mata, um território potente, mas ainda pouco contemplado nos editais da Secult e da Fundarpe. Explicou que há um pedido direto da governadora para que as secretarias cheguem mais aos interiores, potencializando esses territórios, e que a equipe vem acompanhando esse movimento e estudando como aumentar a efetividade da regionalização desde o ano anterior. Mencionou uma reunião recente sobre o tema e

destacou o olhar voltado não apenas à interiorização, mas também às políticas afirmativas, considerando grupos que enfrentam dificuldades de acesso, como povos originários, comunidades de terreiro e populações periféricas. Disse que ficou feliz com o olhar de Marlon e o envolvimento dele na pauta, reforçando a importância das trocas e sugestões para o fortalecimento desse movimento. Em resposta a Ionaldo, informou que ainda não existe uma ação específica, como a “caravana para o audiovisual”, mas que é possível desenhar essa proposta em conjunto para o futuro. Explicou que já foi lançado um edital de busca ativa, com recursos da PNAB, que pretende alcançar 45 municípios ainda não atendidos, levando atendimento, orientação para escrita, execução e prestação de contas de projetos — uma área em que reconheceu haver grandes dificuldades. Afirmou que essa busca ativa também incluirá ações de formação e diálogo sobre a gestão pública da cultura, explicando o papel da sociedade civil, do Conselho e da instituição. Disse que, embora a caravana ainda não possa acontecer neste ano, há intenção de realizá-la no próximo, articulando-a com o “gabinete itinerante” e a “caravana dos pontos”, ações voltadas à escuta dos fazedores de cultura. Destacou ainda que a governadora tem realizado escutas pelo Estado e que a Secretaria deseja seguir essa mesma linha de construção participativa das políticas culturais. Contou que, a partir da Conferência Estadual de Cultura de 2023, foi elaborado um novo Plano de Cultura do Estado, com metas e ações para os próximos dez anos, já encaminhado à Casa Civil e em fase final de diagramação pela equipe de comunicação. Informou também que Pernambuco instituiu um novo fundo de cultura, além do Funcultura, como exigência para o recebimento de recursos federais. Disse que o projeto de lei foi encaminhado ao CEFC e será compartilhado com o grupo. Mencionou a criação de uma gerência de planejamento estratégico e de um grupo de trabalho interno para o sistema estadual de cultura, que passará por escutas com a sociedade civil e pelos Conselhos. Concluiu dizendo que o Estado vem realizando diversas tarefas estruturantes — como o aprimoramento do mecenato, a regulamentação dos Conselhos e a integração das ações culturais — e que essas medidas são fundamentais para planejar os próximos dez anos do setor. Finalizou observando que talvez tivesse se alongado demais, mas que desejava atualizar a todos sobre o andamento das atividades internas e se colocou à disposição para perguntas e contribuições. **Yonaldo** afirmou que se sentiu muito contente com o primeiro encontro, mesmo que fosse realizado de forma online. Disse que compreendia as dificuldades de promover uma reunião presencial, considerando que Pernambuco, segundo ele, é quase um país, pela sua extensão territorial e pela diversidade geográfica e cultural. Reconheceu que encontros presenciais gerariam custos e demandas logísticas significativas, e por isso considerou o formato atual adequado neste momento inicial. Relatou que se sentiu contemplado com as falas dos colegas, destacando especialmente a participação de Yasmim. Recordou a Semana do Patrimônio em Paudalho, no Cine Teatro Camarote, onde afirmou ter visto Yasmim e sua equipe, elogiando a presença do governo nos espaços culturais e a atuação da Secretaria de Cultura. Disse acreditar que essa presença era algo que vinha fazendo falta e parabenizou a equipe por estar se empenhando para que a cultura pernambucana crie novos caminhos, rompendo com antigos engessamentos. Comentou que, no passado, o governo havia sido “estranho” e omissivo com a classe artística, e que por isso era gratificante ver agora um trabalho mais ativo e comprometido. Reconheceu que a equipe ainda estava se entrosando, mas

demonstrou confiança de que o diálogo fortaleceria as ações futuras. Agradeceu o incentivo do conselheiro anterior, André Pina, a quem sucedeu, destacando sua importância e o diálogo constante entre ambos. Disse acreditar que o Conselho é o espaço onde as coisas realmente acontecem e que, por isso, pretende se engajar para representar com compromisso as regiões da Mata Norte e Mata Sul. Observou as grandes distâncias entre os municípios dessas regiões — citando como exemplo o trajeto de Goiana até Palmares — e afirmou sentir orgulho em ocupar a cadeira de representante da Mata, com a intenção de defender as demandas locais. Finalizou dizendo-se contemplado, ansioso e cheio de expectativas positivas quanto ao futuro do Conselho e das ações culturais no estado. **Yasmim** afirmou que compreendia a ansiedade de todos naquele momento, reconhecendo que o desejo coletivo de “fazer acontecer” e de deixar marcas positivas era algo compartilhado por todos os presentes. Agradeceu as palavras de incentivo e destacou que construir políticas públicas é um processo difícil, mas que todos os envolvidos demonstravam muita vontade de promover mudanças e de dar continuidade ao que já vinha dando certo. Contou que trabalhava na Secult desde 2020 e que, ao longo desse período, já havia passado por quatro gestões, o que lhe permitiu entender de perto como esses processos acontecem. Ressaltou que a troca de gestão não deve significar a interrupção de projetos bem-sucedidos, e sim a continuidade e o aprimoramento das ações que funcionam. Enfatizou que o objetivo principal continua sendo fortalecer Pernambuco por meio da valorização da cultura, da ampliação das oportunidades e do acesso. Finalizou dizendo-se feliz por perceber que o trabalho da equipe estava alcançando resultados concretos — fruto de esforço, dedicação e vontade de construir coletivamente — e reforçou o compromisso de seguir avançando juntos. **Cynthia Falcão** afirmou que considerava importante reconhecer como, diante de tantas demandas, todos acabavam funcionando no “piloto automático”. Disse que, nos últimos cinco anos na Secult, especialmente desde 2020 — período em que o país nem sequer tinha Ministério da Cultura —, foi possível observar uma grande transformação. Comentou que hoje se fala com naturalidade sobre políticas vindas do governo federal, sobre arranjos produtivos, o Sistema e o Plano Nacional de Cultura, mas destacou que nada disso está garantido de forma definitiva, pois, no campo da cultura — assim como no audiovisual —, tudo é fruto de construção contínua. Ressaltou que, embora o ritmo de trabalho muitas vezes impeça momentos de reflexão, era essencial não deixar de pensar sobre os desafios enfrentados nos últimos anos. Ao citar Yasmim, que está na Secult desde 2020, observou que ela vivenciou tanto o alinhamento quanto o desalinhamento com o governo federal. Deu boas-vindas ao novo Conselho Consultivo do Audiovisual, enfatizando que a atual configuração seria fundamental, especialmente porque as gestões mudam, mesmo com a permanência da mesma governadora. Apontou que o planejamento até 2026–2027 seria uma luta para garantir avanços e conquistas a longo prazo. Disse que o Conselho teria papel ativo em editais, arranjos produtivos, escuta e formulação de políticas, e destacou a importância de acompanhar temas estruturais, como a reforma tributária, que impactaria diretamente o Funcultura e o repasse de recursos. Defendeu que o Conselho e a gestão precisavam refletir sobre a origem dos recursos que sustentam a cultura enquanto direito constitucional, e também sobre o papel da indústria cultural e do entretenimento — que vai além do consumo e das grandes plataformas. Alertou para a necessidade de atenção às mudanças trazidas por esse novo contexto, inclusive questões como o byd. Concluiu

dizendo que a nova configuração do Conselho Consultivo era estratégica diante das mudanças políticas e dos desafios internacionais que influenciam a forma de pensar, produzir e consumir cultura. Finalizou demonstrando entusiasmo com o grupo formado, agradecendo a todas e todos, e reforçando o desejo de seguir juntos nessa construção coletiva. **Yasmim** afirmou, de forma serena e assertiva, que o grupo se mantinha atento e preocupado diante da fase de mudanças inevitáveis, marcada pela reforma tributária e pela reorganização das estruturas após um período sem o Ministério da Cultura. Ressaltou que o próprio ministério ainda buscava se reestruturar após um desmonte, tentando retomar a política cultural e garantir o aporte financeiro de forma concreta. Destacou que todos estavam em um processo de reconstrução e que a cultura, por sua urgência, exigia constante movimento — planejar, executar, replanejar e seguir em frente. Enfatizou a importância da continuidade do trabalho, mesmo com as trocas de gestão previstas para 2026, lembrando que os conselheiros deveriam permanecer atentos e engajados, pois a cultura só resistira graças à sociedade civil, que manteve viva a memória e os documentos durante o período de desmonte. Ela afirmou que o foco atual era o fomento e a valorização da cultura, mas que isso dependia de uma estrutura sólida, com documentos legais e respaldo social. Frisou que política pública não deveria se restringir a festas ou celebrações artísticas, mas se fundamentar em políticas de base, com planejamento e sustentação documental. Comentou que, por ser um ano pré-eleitoral, havia urgência em organizar as ações e promover encontros com gestores municipais para alinhar a construção da política pública estadual. Reforçou a necessidade de integração entre estado e municípios, comparando o Sistema Nacional de Cultura ao SUS, que levou tempo, mas se consolidou. Ela também destacou o papel estratégico e tático dos Conselhos na construção de narrativas e estruturas, defendendo a união entre governo e sociedade civil: “somos todos da cultura”. Anunciou ainda que haveria formações voltadas para conselheiros e para a sociedade civil, com o objetivo de fortalecer a atuação no setor. Por fim, expressou gratidão, incentivou o diálogo contínuo e reafirmou a parceria com a Secult e a Fundarpe, encerrando com um tom acolhedor e otimista, dizendo que esperava contar com todos nas próximas etapas e que “coisas boas viriam pela frente”. A secretária **Yasmim Neves** agradeceu a presença de todos (as) e deu por encerrada a reunião. Eu, **George André Gomes Bezerra**, servidor, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano (Secretária Executiva)

George André Gomes Bezerra (Servidor Público)

Aline Souza da Silva (Stic)

Caio Cagliani de Oliveira (NTVRU)

Clarisse de Melo Andrade (Fundarpe)

Cynthia Gomes Falcão Pereira (Fundaj)

Gustavo Tenório Carneiro (Abragames)

Maria Laura da Silva Castor (Regional Sertão)

Marlom Meirelles Silva Nascimento (Regional Agreste)

Maurício Corrêa da Silva (ABD/Apeci)

Rennan Medes Santos (Secretaria de Educação)

Yonaldo Afonso da Silva (Regional Zona da Mata)